

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: JANEIRO A JUNHO' 12

Atendendo à exigência constante do art. 19 da Resolução C.G.P.C. Nº 13/04, quanto a aderência da Gestão dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios às normas em vigor e à Política de Investimentos, bem como, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária, desta Entidade (PSS - Seguridade Social), elaboramos este Relatório, com base nas informações já recebidas por este Conselho e na análise da documentação disponibilizada, pela Entidade, conforme segue:

1) ADERÊNCIA DA GESTÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS ÀS NORMAS EM VIGOR E À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1.1) ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

SEGMENTOS	JUNHO / 12						LIMITE DE ALOCAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	PLANO "B"		PLANO "C"		TOTAL		LEGISLAÇÃO	POLÍTICA INVEST.
	R\$ MIL	(*)	R\$ MIL	(*)	R\$ MIL	(*)		
DEBÊNTURES (I)								
- Debêntures Hauscenter S/A	30.659	1,8%	-	-	30.659	1,2%	"B": ATÉ 20%	ATÉ 20%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS (II)								
RENDA FIXA								
- Fundos de Apl. Em Quotas de FIF	1.578.452	94,0%	733.989	79,4%	2.312.441	88,9%	"B": ATÉ 100%	ATÉ 100%
RENDA VARIÁVEL - AÇÕES								
- Fundos de Apl. Em Quotas de FIF	13.212	0,9%	179.873	19,4%	193.085	7,4%	"B": ATÉ 70%	ATÉ 20%
TOTAL (II)	1.591.664	94,9%	913.862	98,8%	2.505.526	96,3%	"C": ATÉ 100%	ATÉ 100%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS (III)								
CARTEIRA DE ALUGUÉIS E RENDA:								
- Av. Roque Petroni Junior, 999 - 5º, 6º e 7º andar - S.P.	26.595	1,6%	-	-	26.595	1,0%	"B": ATÉ 70%	ATÉ 20%
- Rua Dr. Cardoso de Mello, 1.855 - conj. 121 - S.P.	1.220	0,1%	-	-	1.220	0,0%	"C": ATÉ 70%	ATÉ 50%
SUB TOTAL	27.815	1,7%	-	-	27.815	1,0%	"B" ATÉ 8%	ATÉ 8%
DIREITO EM ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS								
- Valor a Receber - Ref.: Venda do imóvel situado na Av. Roque Petroni Junior, 1.089 - S.P. (Morumbi Shopping - participação = 10,115%)	25.531	1,5%	-	-	25.531	1,0%	"B" ATÉ 8%	ATÉ 8%
SUB TOTAL	25.531	1,5%	-	-	25.531	1,0%	"B" ATÉ 8%	ATÉ 8%
TOTAL (III)	53.346	3,2%	-	-	53.346	2,0%	"B" ATÉ 15%	ATÉ 5%
EMPRÉST. E FINANCIAMENTOS (IV)	1.699	0,1%	11.317	1,2%	13.016	0,5%	"C" ATÉ 15%	ATÉ 5%
TOTAL (I + II + III + IV)	1.677.368	100,0%	925.179	100,0%	2.602.547	100,0%	-	-

(*) Percentual de Alocação do Patrimônio Líquido dos Planos ou do Total.

MANIFESTAÇÃO

Atestamos que todas as alocações nos segmentos de investimento estão em consonância com a Resolução CMN nº 3.792 e a Política de Investimentos dos planos.

Adicionalmente atestamos que a gestão dos segmentos de renda fixa e variável, que correspondem a 96% dos recursos da entidade, é feita de forma terceirizada, através de fundos exclusivos e por gestores de investimento registrados na CVM, os quais foram submetidos a um processo formal de seleção conduzido pela Risk Office. Além disso, constatamos que essa gestão é feita de forma discricionária, ou seja, as decisões de compra e venda de ativos são tomadas exclusivamente pelos gestores em consonância com os regulamentos dos fundos exclusivos, que reproduzem as condições e limites de risco estabelecidos nas políticas dos Planos B e C.

1.2) RENTABILIDADE:

1.2.1) PLANO "B":

SEGMENTO	JAN A JUN' 12 (%)
Renda Variável - Ações	-0,96
Debêntures	7,32
Renda Fixa	12,75
- Bradesco	12,89
- BTG Pactual	12,92
- Itaú Unibanco	12,62
Imóveis	5,68
Empréstimos a Participantes	6,49
Total	12,24

Meta Renda Fixa (15%IMAB5+5%IMAC+12%SELIC+68%IMAB5+)	12,42
Meta Renda Variável - Ações (100% Ibovespa)	-4,23
Meta Atuarial Outros Segmentos / Plano (IPC-DI/FGV + 6% aa)	5,87

1.2.2) PLANO "C":

GESTOR	JAN A JUN' 12 (%)	
	RENDA FIXA	RENDA VARIÁVEL
Santander	11,26	-
Sul América	11,34	-
BTG Pactual	11,29	-0,91
Itaú	11,22	-3,65
HSBC	10,96	-
Bradesco	-	-1,42
Goldman Sachs	-	-0,28
BNP Paribas	-	1,44
Total	11,21	-0,96

Benchmark	15% IMAC + 65% IMAB + 20% SELIC	100% Ibovespa
	11,02	-4,23

MANIFESTAÇÃO

Plano "B"

Nos segmentos Renda Variável Ações e Imóveis verificamos que as rentabilidades não superaram a meta atuarial, mas que isso foi devido a fatores circunstanciais de mercado, e que, não há qualquer irregularidade nos investimentos.

Adicionalmente, quanto ao segmento Imobiliário, atestamos que as prestações vincendas no semestre referentes à alienação da participação de 10,115% no Morumbi Shopping foram pagas pontualmente.

No segmento de Renda Fixa os três gestores superaram a meta estabelecida (benchmark), que foi de 12,42% no semestre.

Plano "C"

Com exceção do HSBC, nos segmentos de Renda Variável Ações e Renda Fixa todos os demais gestores superaram as metas estabelecidas no semestre. Atestamos que a Entidade vem fazendo esforços para incentivar a manutenção dessa situação, uma vez que, os gestores recebem taxa de performance caso superem as metas.

1.3) CONTROLE DE RISCO (DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP):

1.3.1) PLANO "B":

SEGMENTO	(*) DNP - JAN A JUN' 12 (%)
Renda Fixa	0,33
Renda Variável - Ações	3,27
Debêntures	1,45
Imóveis	-0,19
Empréstimos a Participantes	0,62
Total	6,37

(*) Divergência Não Planejada é a diferença entre a rentabilidade do segmento e a meta atuarial (IPC-DI/FGV + 6% aa).

1.4) CONTROLE DE RISCOS: BASE JUNHO / 2012

1.4.1) DE MERCADO (VAR Relativo):

FUNDO	GESTOR	VAR RELATIVO		
		%	LIMITE (*)	
			Plano "B"	Plano "C"
FI Renda Fixa Ideal Longo Prazo	Sul América	0,2499	0,5% ao mês	0,5% ao mês
FI Renda Fixa Multiply Longo Prazo	Santander	0,0719	0,5% ao mês	0,5% ao mês
Fidelidade L FI RF Previdenciário Longo Prazo	HSBC	0,3817	0,5% ao mês	0,5% ao mês
Futuro Previdenciário Renda Fixa FI	Itaú Unibanco	0,1673	0,5% ao mês	0,5% ao mês
Life FI Renda Fixa Longo Prazo	BTG Pactual	0,0908	0,5% ao mês	0,5% ao mês
Bradesco FIA Ideal	Bradesco	5,3359	10% ao ano	10% ao ano
Life FI Em Ações	Goldman Sachs	5,9967	10% ao ano	10% ao ano
Luxor Ações FI	Itaú Unibanco	3,2468	10% ao ano	10% ao ano
Previdência "B" FI Em Ações	BTG Pactual	8,0101	10% ao ano	10% ao ano
FIA Multiply Variable	BNP Paribas	8,2114	10% ao ano	10% ao ano
FI Renda Fixa Plano B	Bradesco	0,1480	0,2% ao mês	-
FI Renda Fixa Plano B II	Itaú Unibanco	0,0695	0,2% ao mês	-
FI Renda Fixa Plano B III	BTG Pactual	0,0779	0,2% ao mês	-

VAR Relativo = corresponde ao desvio máximo esperado em relação ao benchmark com 95% de nível de confiança.

(*) Limite expresso na política de investimentos do plano e no regulamento do fundo exclusivo de investimento, que, se não obedecido, pode provocar o descredenciamento do gestor.

1.4.2) DE MERCADO (VAR Absoluto e STRESS):

R\$ MIL

PLANO "B"				PLANO "C"			
VAR Absoluto		Stress		VAR Absoluto		Stress	
R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
105.376	6,62	165.857	10,42	32.242	3,53	82.586	9,04

VAR Absoluto = Corresponde a perda máxima esperada para o plano expressa em valor e em percentual do total dos ativos, no horizonte de um (1) mês e com 95% de nível de confiança.

Stress = É a perda que o plano pode vir a ter expressa em valor e em percentual do total dos ativos, se o cenário de stress do mercado vier a ocorrer. É calculada pela Risk Office e baseada no cenário de stress divulgado periodicamente pela BM&F para taxas de juros (CDI, NTN's, LFT's, etc) e nível da Bovespa (ações).

O Var Absoluto e o Stress servem apenas como indicadores de risco, mas não orientam expressamente nenhuma ação por parte dos gestores, pois não há limites estabelecidos para eles nas políticas de investimentos e nem nos regulamentos dos fundos exclusivos.

1.4.3) DE CRÉDITO - RATING:

R\$ MIL

PLANO "B"											
AAA		AA		A		BBB		<BBB-		(*) OUTROS	
MtM Calculado	%	MtM Calculado	%	MtM Calculado	%	MtM Calculado	%	MtM Calculado	%	MtM Calculado	%
72.491,0	28,89	147.876,7	58,94	24.953,6	9,95	5.381,0	2,14	222,5	0,09	-34,9	-0,02

*Emissores não avaliados através de rating (ex: BM&F e CETIP).

R\$ MIL

PLANO "C"											
AAA		AA		A		BBB		<BBB-		(*) OUTROS	
MtM Calculado	%	MtM Calculado	%	MtM Calculado	%	MtM Calculado	%	MtM Calculado	%	MtM Calculado	%
36.224,2	29,28	74.059,2	59,85	11.405,3	9,22	0,0	0,00	2.425,2	1,96	-380,1	-0,30

*Emissores não avaliados através de rating (ex: BM&F e CETIP).

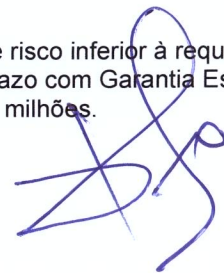
Quanto ao risco de crédito dos investimentos, no segmento Renda fixa, o Plano somente poderá manter títulos avaliados por pelo menos uma das agências abaixo com as respectivas avaliações (ratings) mínimas:

Agência	Maior Ano	Até Ano
FITCH RATINGS	A -(bra)	F2+(bra)
MOODY'S INVESTOR	Aa3.br	BR-2
STANDARD & POORS	brA -	brA-2

Atestamos que os planos encontram-se enquadrados aos limites de rating de crédito estabelecidos nas políticas de investimentos.

Nas tabelas acima os valores alocados em investimentos com classificação de risco inferior à requerida pelas políticas de investimento, ou seja BBB ou abaixo, referem-se a DPGEs (Depósitos a Prazo com Garantia Especial), os quais possuem garantia do FGC (Fundo Garantidor de Crédito) até o valor de R\$ 20 milhões.

sen

1.4.4) DE LIQUIDEZ:

PLANO "B"							
1 D.U.		7 D.U.		21 D.U.		LONGO	
OBSERVADO	ACUMULADO	OBSERVADO	ACUMULADO	OBSERVADO	ACUMULADO	OBSERVADO	ACUMULADO
43.07%	43.07%	25.47%	68.54%	14.81%	83.35%	16.65%	100,00%

PLANO "C"							
1 D.U.		7 D.U.		21 D.U.		LONGO	
OBSERVADO	ACUMULADO	OBSERVADO	ACUMULADO	OBSERVADO	ACUMULADO	OBSERVADO	ACUMULADO
70.57%	70.57%	14.37%	84.94%	2.05%	86.99%	13.01%	100,00%

OBS.: As tabelas acima apresentam os percentuais dos recursos dos segmentos de renda fixa e variável dos planos que podem ser convertidos em caixa em cada um dos períodos analisados. A base para a obtenção desses valores é o volume de negócios registrados em mercado secundário. Por conservadorismo, adota-se que o volume que pode ser negociado pelos gestores corresponde a 20% do volume médio diário dos últimos 21 dias.

Adicionalmente, analisamos o fluxo de caixa anexo referente ao Plano B, o qual projeta a partir do final de março de 2012 até o ano de 2050 todos os recebimentos de investimentos e os pagamentos de benefícios do plano. A projeção considera uma tábua de mortalidade AT 2000 desagravada em 20% e a reaplicação dos recursos a uma taxa real de juros de zero por cento ao ano. Através dessa análise constatamos que o plano não deverá ter problema de liquidez em nenhum dos anos, e que, em 2050 deverá ter recursos para pagar toda a provisão matemática (R\$ 109 milhões) e ainda deverá haver uma sobra de R\$ 342 milhões.

Considerando que o Plano B tem como estratégia alocar quase a totalidade de seus recursos em renda fixa, cujo benchmark é basicamente indexado a inflação, tem duration (prazo médio) próximo ao do passivo atuarial (10 anos) e que seu limite de Var Relativo é baixo (0,2% ao mês), o fluxo de caixa analisado não deverá sofrer variações significativas no decorrer do tempo. Mas, caso isso ocorra, o benchmark e o Var Relativo poderão ser alterados na política de investimentos.

1.5) CUSTOS DA GESTÃO:

1.5.1) PLANO GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA) – INTERNA:

DESCRIÇÃO	JAN A JUN' 2012					
	PLANO "B"		PLANO "C"		PLANOS "B" + "C"	
	R\$ = MIL	%	R\$ = MIL	%	R\$ = MIL	%
Despesas Administrativas	1.882	100,0	1.457	100,0	3.339	100,0
1. Administração Previdencial	1.406	74,7	1.189	81,6	2.595	77,8
Pessoal e encargos	861	45,7	745	51,2	1.606	48,2
Serviços de terceiros	299	15,9	259	17,8	558	16,7
Despesas gerais	86	4,5	75	5,1	161	4,8
Contingências	65	3,5	56	3,8	121	3,6
Outras Despesas	95	5,1	54	3,7	149	4,5
2. Administração dos Investimentos	476	25,3	268	18,4	744	22,2
Pessoal e encargos	255	13,5	144	9,9	399	11,9
Serviços de terceiros	180	9,6	102	7,0	282	8,4
Despesas gerais	19	1,0	10	0,7	29	0,9
Contingências	22	1,2	12	0,8	34	1,0
Outras Despesas	0	0,0	0	0,0	0	0,0
INDICADOR DE GESTÃO						
A = Recursos Garantidores	1.677.367		925.180		2.602.547	
B = Despesas últimos 12 meses	3.227		2.542		5.768	
C = Em % (B / A)	0,19		0,27		0,22	

1.5.2) GESTÃO EXTERNA:

DESCRIÇÃO	JAN A JUN' 2012					
	PLANO "B"		PLANO "C"		PLANOS "B" + "C"	
	R\$ = MIL	%	R\$ = MIL	%	R\$ = MIL	%
- Taxa Administrativa	182	28,3	451	34,9	633	32,6
- Custódia	266	41,3	156	12,1	422	21,8
- Corretagem	16	2,5	196	15,2	212	11,0
- Despesas Gerais	70	10,9	100	7,7	170	8,8
- Taxa Fiscalização CVM	66	10,2	85	6,6	151	7,8
- Auditorias	18	2,8	34	2,6	52	2,7
- Taxa de Performance	26	4,0	270	20,9	296	15,3
TOTAL	644	100,0	1.292	100,0	1.936	100,0

ser

MANIFESTAÇÃO

De acordo com o Capítulo XVII, artigo 23, do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, é de nossa responsabilidade o acompanhamento e controle da execução orçamentária, bem como, do limite de gastos estabelecido pelo Conselho Deliberativo.

Verificamos através do demonstrativo do item – 1.5.1 (Indicador de gestão) que as despesas administrativas (previdenciárias/financeiras), representam 0,22% dos recursos garantidores dos planos, situando-se abaixo do orçamento (0,23%) e do limite estabelecido pelo Conselho Deliberativo (0,40%).

2) ADERÊNCIA DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

2.1) D.A. (Demonstração Atuarial) e NOTAS TÉCNICAS ATUARIAIS

PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS	D R A A	D A
	2.011	2.012
Taxa Real Anual de Juros	6,00%	6,00%
Taxa Real Anual de Desconto	6,00%	6,00%
Crescimento Real de Salário	2,50%	2,50%
Crescimento Real de Benefício	0,00%	0,00%
Fator de Capacidade Real:		
° Salários	98,00%	98,00%
° Benefícios	98,00%	98,00%
Tábua de Mortabilidade Geral	AT-1983	AT-1983
Tábua de Mortabilidade de Inválidos	CSO - 1958	CSO - 1958
Tábua de Entrada em Invalidez (Modificada)	RRB - 44	RRB - 44
Tábua de Rotatividade	(A)	(A)
Método Atuarial Adotado	PUC	PUC

(A) Modificada com base na experiência das patrocinadoras da PSS.

MANIFESTAÇÃO

Considerando o apontamento feito no item 3.1.2 do Relatório de Fiscalização (03/2012/ERSP/PREVIC), nos reunimos em 17/08/12 com a Diretoria Executiva e o atuário, para reavaliar os seguintes itens abaixo, visando o cálculo atuarial de 2013:

1) Adequação dos Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento do Plano – C

Após explicação do atuário e suas respostas às questões formuladas, foi recomendada a manutenção dos regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados pelo Plano – C, quais sejam:

1. Aposentadorias e Institutos (Contribuição Definida): Regime de Capitalização Financeira;
2. Aposentadoria por Invalidez e Pensão Por Morte de Ativo (Benefícios Definidos): Regime de Capitalização, Método de Crédito Unitário Projetado;
3. Auxílio-Doença e Auxílio-Reclusão (Benefícios Definidos): Regime de Repartição Simples.

Conforme enfatizado pelo atuário, a importância e o papel do método/regime e de algumas hipóteses atuariais para os benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida/Variável são mais limitados quando comparados aos benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido. Neste sentido, considerando que:

- a) O Regime de Capitalização Financeira, que estima as contribuições para o exercício seguinte, além de aceito pela legislação, é o único pertinente para os benefícios do Plano C referidos no item 1 acima, onde o custo dos benefícios é igual às contribuições vertidas no exercício.

ser

- b) O Método de Crédito Unitário Projetado (Regime de Capitalização) é aplicado para o financiamento dos benefícios pagos em forma de renda, como aqueles descritos no item 2 acima. Trata-se de método aceito pela legislação e que contempla a hipótese de crescimento salarial. Além disso, considerando-se a pouca representatividade das reservas de risco sobre o compromisso total do Plano C (pouco mais de 5% das reservas totais) qualquer alteração referente ao método atuarial em questão se mostra pouco pertinente.
- c) O Método de Repartição Simples é aplicado para o financiamento dos benefícios com pouca probabilidade de ocorrência ou pagos por períodos mais curtos de tempo, como nos casos descritos no item 3 acima. Trata-se de método aceito pela legislação, sendo amplamente utilizado para avaliação deste tipo de benefício. Da mesma forma que para o item anterior, sua alteração se mostra pouco pertinente.

Como também registrado na DA encaminhada à PREVIC, atesta o atuário a adequação das hipóteses, regimes e métodos atuariais utilizados na avaliação atuarial do Plano C, estando, inclusive, todos os métodos, em conformidade com as características da massa de participantes avaliada e com o regulamento do Plano C.

Por estas razões recomendamos a manutenção dos regimes e métodos utilizados.

2) Aderência das Hipóteses Biométricas e Financeiras

2.1) Alteração da Taxa de Juros

Conforme reportado pela fiscalização, em 2011 houve uma queda generalizada na taxa de juros, a qual vem se prolongando em 2012 e provocando um acréscimo significativo no valor dos ativos do Plano B, já que sua alocação é basicamente em NTNBS, as quais são valorizadas a mercado.

Consideramos que o critério de determinação da taxa de desconto do passivo atuarial deve levar em conta a taxa de juros vigente no mercado, mas também os percentuais de alocação de cada plano nos diversos segmentos de investimento. Portanto, julgamos apropriado taxas de desconto diferentes, conforme explicado abaixo:

2.1.1) Plano B

Como esse plano aloca quase a totalidade de seus recursos no segmento de renda fixa, principalmente em NTNBS, recomendamos adotar como taxa de desconto a taxa da NTNBS 2030, a qual tem duration mais próximo ao do passivo atuarial, no último dia do ano, já que a valorização dos investimentos é feita nesse dia para efeito do balanço anual.

2.1.2) Plano C

Esse plano aloca cerca de 20% em renda variável (ações) e o restante em renda fixa, principalmente em NTNBS. Como o mercado considera que as ações tem um prêmio de risco de aproximadamente de 5% em relação ao retorno da renda fixa, recomendamos adotar a taxa de desconto do Plano B acima acrescida de 1%. Esse acréscimo foi calculado multiplicando-se os 5%, referente ao prêmio de risco, pelos 20% de alocação em renda variável.

2.2) Atualização da Tábua de Mortalidade


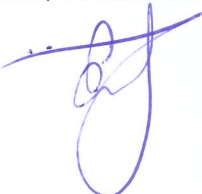
Considerando as ocorrências registradas no cadastro de participantes nos anos de 2009 a 2011 versus as premissas vigentes (AT1983 desagravada em 10%), temos o seguinte:

2.2.1) Plano B

Com a adoção da Tábua AT-83, segregada por sexo, realizada a partir do ano de 2009, e particularmente o comparativo entre os óbitos ocorridos x esperados conforme demonstrado na DA de Dezembro de 2011, onde não se verifica indicação para mudança desta hipótese, entendemos que a atualização para a Tábua AT-2000, também segregada por sexo, se configura, neste momento, em decisão mais relacionada à antecipação do aumento da expectativa de vida, que ocorre no mundo de forma geral e no Brasil de forma particular, do que efetivamente uma reação a necessidades prementes.

Assim, entendemos ser adequada a atualização desta hipótese para AT2000 pura.

sen



2.2.2) Plano C

Mesmo considerando-se a importância e papel distintos para a hipótese em questão no Plano C, que é estruturado na modalidade de Contribuição Definida/Variável (não há influência desta hipótese no cálculo dos benefícios dos participantes, mas somente no cálculo de suas reservas), cabem as mesmas considerações para o item anterior.

Assim, entendemos ser adequada a atualização desta hipótese para AT2000 pura.

2.3) Demais Hipóteses (crescimento salarial e fator de capacidade)

Em relação à hipótese de crescimentos salarial, considerando:

1 – Que o Plano de Benefícios C está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, onde a hipótese de crescimento salarial tem impacto muito mais restrito nos benefícios de aposentadoria (impacto somente nas contribuições a serem feitas no ano) e impacto um pouco maior nos benefícios definidos, onde se consideram projeções de salários até a data esperada de aposentadoria;

2 - A pouca representatividade das reservas de risco sobre o compromisso total (pouco mais de 5% das reservas totais).

3 - Que esta hipótese está intimamente atrelada aos procedimentos, perspectivas e planejamentos salariais de longo prazo das patrocinadoras (ressalte-se, inclusive, que a legislação confere a responsabilidade desta hipótese às patrocinadoras);

4 – As manifestações formais das patrocinadoras sobre a validade e veracidade desta hipótese para suas políticas de longo prazo;

5 – O já manifestado horizonte de longo prazo desta hipótese.

Entendemos não ser necessário, neste momento, qualquer questionamento ou pedido de análise desta hipótese por parte das patrocinadoras.

Em relação à hipótese para o fator de capacidade, considerando:

1 – Que o atual nível de inflação brasileiro está próximo da hipótese utilizada;

2 – Pequenas variações no índice de inflação provocam pequenas variações no fator de capacidade;

3 – A opinião do atuário registrada na DA sobre o baixo impacto nas provisões matemáticas.

Entendemos não ser necessária, neste momento, qualquer alteração para esta hipótese.

2.2) EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO E DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS / FUNDOS:

R\$=MIL

DESCRIÇÃO	PLANO "B"		PLANO "C"		PLANOS (B+C)	
	31/12/11	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11	30/06/12
Patrimônio Líquido	1.538.044	1.674.209	858.844	925.486	2.396.888	2.599.695
Provisões:						
° Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	1.092.331	1.114.390	274.265	315.110	1.366.596	1.429.500
° Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	61.803	65.693	490.462	507.454	552.265	573.147
° Provisões Matemáticas a Constituir	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.154.134	1.180.083	764.727	822.564	1.918.861	2.002.647
Fundos	2.273	1.998	94.117	102.922	96.390	104.920
Resultado Acumulado - Superávit / (Déficit)	381.637	492.128	-	-	381.637	492.128

sen

MANIFESTAÇÃO

Plano "B"

Verificamos em 30/06/2012, que o Patrimônio Líquido de R\$ 1.674,2 milhões é superior ao valor das obrigações de R\$ 1.182,1 milhões (Provisões Matemáticas + Fundos), elevando o superávit acumulado para R\$ 492,1 milhões.

Plano "C"

Em 30/06/2012, o Patrimônio Líquido é suficiente para cobertura das obrigações (Provisões Matemáticas + Fundos). De acordo com os registros contábeis pudemos certificar que o saldo de R\$ 102,9 milhões (R\$ 94,1 milhões em 31/12/2011), dos Fundos, refere-se a:

- Fundo Especial Normal (R\$ 46,5 milhões),
- Fundo Especial – Redução Contribuições Patrocinadoras (R\$ 38,6 milhões)
- Fundo de Retirada da Patrocinadora Jabil (R\$ 0,7 milhões),
- Fundo de Retirada da Patrocinadora LP-Displays (R\$ 14,6 milhões),
- Fundo de Retirada da Patrocinadora Atos Origin (R\$ 2,5 milhões).

O crescimento observado nos saldos decorre principalmente da conta Fundo Especial Normal (De: R\$ 34,6 milhões Para: R\$ 46,5 milhões), influenciada principalmente pela atualização e sobras da conta patronal no período.

2.3) RESULTADO DO(S) PLANO(S):

R\$=MIL

DESCRIÇÃO	JANEIRO A JUNHO			
	2.011	2.012		
	REALIZADO	ORÇADO	REALIZADO	VARIAÇÃO
PLANO "B"				
Contribuições (Patrocinadoras + Participantes)	290,4	332,0	168,8	(163,2)
Pagamento de Benefícios	-45.766,7	(49.057,5)	-48.976,8	80,7
Resultado Financeiro	58.129,1	73.723,6	186.178,1	112.454,5
Sub Total	12.652,8	24.998,1	137.370,1	112.372,0
Despesas Administrativas	-1.212,3	(1.266,3)	-1.452,1	(185,8)
Formação / Utilização Fundos	-479,7	(134,5)	521,5	656,0
Formação Provisões Matemáticas	-40.334,8	(16.618,0)	-25.948,7	(9.330,7)
SUPERÁVIT / (DÉFICIT)	-29.374,0	6.979,3	110.490,8	103.511,5
PLANO "C"				
Contribuições (Patrocinadoras + Participantes)	6.009,3	6.234,5	6.952,4	717,9
Pagamento de Benefícios	-13.085,9	(11.868,5)	-16.486,2	(4.617,7)
Resultado Financeiro	14.024,5	46.659,5	77.531,1	30.871,6
Sub Total	6.947,9	41.025,5	67.997,3	26.971,8
Despesas Administrativas	-1.171,4	(1.151,8)	-1.326,6	(174,8)
Formação / Utilização Fundos	5.286,8	(2.574,7)	-8.833,8	(6.259,1)
Formação Provisões Matemáticas	-11.063,3	(37.299,0)	-57.836,9	(20.537,9)
SUPERÁVIT / (DÉFICIT)	-	-	-	-
PLANOS "B + C"				
Contribuições (Patrocinadoras + Participantes)	6.299,7	6.566,5	7.121,2	554,7
Pagamento de Benefícios	-58.852,6	(60.926,0)	-65.463,0	(4.537,0)
Resultado Financeiro	72.153,6	120.383,1	263.709,2	143.326,1
Sub Total	19.600,7	66.023,6	205.367,4	139.343,8
Despesas Administrativas	-2.383,7	(2.418,1)	-2.778,7	(360,6)
Formação / Utilização Fundos	4.807,1	(2.709,2)	-8.312,3	(5.603,1)
Formação Provisões Matemáticas	-51.398,1	(53.917,0)	-83.785,6	(29.868,6)
SUPERÁVIT / (DÉFICIT)	-29.374,0	6.979,3	110.490,8	103.511,5

sen

MANIFESTAÇÃO

Plano "B"

Conforme verificamos, a variação de R\$ 103,5 milhões existente entre o superávit realizado e o orçamento, deve-se principalmente a variação apurada no resultado financeiro (R\$ 112,5 milhões) e em formação de provisões matemáticas (- R\$ 9,3 milhões).

Os principais motivos para essas variações foram:

- Resultado Financeiro: rentabilidade do segmento de renda fixa (12,75%) bastante superior à orçada (4,74%).
- Formação de Provisões Matemáticas: IPC aplicado na valorização das provisões matemáticas acima do orçamento no período (real = 3,5% / orçado = 2,7%).

Plano "C"

Dada a característica deste plano (Contribuição Variável), constatamos que mensalmente é revertido o resultado para formação / utilização do fundo previdenciário, o que justifica resultado zero tanto orçado quanto realizado.

Apesar disso, verificamos que as variações nas linhas do resultado decorrem principalmente de:

- Pagamento de Benefícios (-) R\$ 4,6 milhões: Pagamentos de resgates (devolução de quotas) acima dos valores orçados (orçado = R\$ 3,4 milhões / real = R\$ 5,9 milhões) e aposentadorias concedidas acima do orçamento (orçado = R\$ 8,5 milhões / real = R\$ 10,5 milhões).
- Resultado Financeiro R\$ 30,9 milhões: Rentabilidade dos fundos exclusivos de renda fixa bem acima do orçamento (orçado = 4,74% / realizado = 11,21%).
- Formação / Utilização Fundos (-) R\$ 6,3 milhões: Atualização do saldo do fundo especial acima do orçamento devido a rentabilidade dos fundos de renda fixa (orçado = 5,14% / real = 9,50%) e sobras da conta patronal acima do orçamento, conforme já mencionado em pagamento de benefícios.
- Formação Provisões Matemáticas (-) R\$ 20,5 milhões: Atualização dos saldos das contas de provisões matemáticas, acima do orçamento, devido a rentabilidades dos fundos exclusivos de renda fixa, mencionadas acima, terem sido superiores às orçadas.

3) DOS CONTROLES INTERNOS:

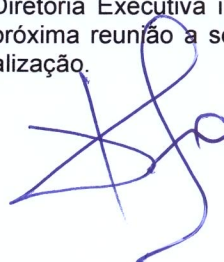
3.1) RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS E ADERÊNCIA À RESOLUÇÃO CGPC Nº 13/04

- Controles Internos de Atuária: Os procedimentos e evidências das aderências, encontram-se discriminados no item-2.1 deste Relatório.

- Controles Internos de Governança:

a) Estrutura Gerencial: estaremos acompanhando a elaboração e implementação de alterações do Estatuto a fim de mitigar riscos relacionados à concentração de poderes, bem como, para o gerenciamento de possíveis conflitos de interesses, para o caso do exercício acumulado das competências de membro do Conselho Deliberativo e de Diretor Gerente, pela mesma pessoa, apontado no item 3.2.1 do Relatório de Fiscalização. O Conselho Deliberativo incumbiu a Diretoria Executiva de providenciar as alterações necessárias no Estatuto, as quais serão propostas até dezembro de 2012 e implementadas até novembro/2013.

b) Formação e Treinamento de Gestores: A Diretoria Executiva informou-nos que preparou e submeterá à apreciação do Conselho Deliberativo em sua próxima reunião a ser realizada em 30/08/2012, proposta para atendimento do item 3.2.2 do Relatório de Fiscalização.



sen

c) Identificação e Gerenciamento de Riscos: Para atendimento do item 3.2.4 do Relatório de Fiscalização, a Diretoria Executiva informou-nos que os procedimentos de mapeamento e tratamento dos riscos, inclusive os operacionais (item 3.5 do Relatório de Fiscalização), serão atualizados até o final de 2.012, e que, após conclusão da atualização, faremos a avaliação da suficiência dos controles internos.

4) RECOMENDAÇÕES:

Nada digno de nota.

São Paulo, 17 de agosto de 2012.

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL



SEBASTIÃO LOPES DA ROCHA
(Representante Participantes Assistidos)



EUBEN SILVEIRA MONTEIRO JUNIOR
(Representante Participantes Ativos)



DORIVAL FERREIRA XAVIER



EDSON MINTO DIAS



ALEXANDRE QUINZE